

Questões de integração: o caso dos Estados Unidos

Nancy Foner

Em toda a Europa Ocidental, existem grandes preocupações com as questões de integração: aquilo a que alguém chamou a crise da integração. Em muitos países, estas preocupações centram-se nos imigrantes muçulmanos e no receio de que estes constituam uma ameaça aos valores europeus.

Qual é a situação nos Estados Unidos? Nos Estados Unidos, há também preocupações com a imigração e com os imigrantes, embora de uma forma algo diferente. As preocupações não se centram, como na maioria da Europa, em questões de religião. Se é certo que existe uma crise nos Estados Unidos em termos de imigração, ela é vista como uma crise da imigração ilegal – embora possa dizer-se que, subjacentes a essa dita crise, existem ainda outras questões.

Irei, pois, abordar dois temas. Em primeiro lugar, a questão de saber porque é que nos Estados Unidos, ao contrário de muitos países da Europa, a religião não constitui uma grande preocupação e é até uma das fontes da integração dos imigrantes; em segundo lugar, irei analisar porque é que a imigração ilegal nos Estados Unidos se tornou uma questão tão sensível.

A religião como ponte para a inclusão

Para começar, analisemos a religião. Longe de ser vista como um obstáculo à inclusão, como na maior parte dos países da Europa Ocidental, a religião nos Estados Unidos é uma ponte para a inclusão e uma via aceitável para a integração dos imigrantes e dos seus filhos na sociedade americana (Foner e Alba, 2008).

Existem, eu diria, três razões essenciais para esta diferença: (1) os múltiplos contextos religiosos dos imigrantes na maioria dos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos; (2) o facto de os Estados Unidos serem uma sociedade muito mais religiosa; e (3) o papel das relações institucionais historicamente arraigadas e dos acordos entre o Estado e os grupos religiosos.

Irei tecer algumas considerações sobre este tema, a começar pela diferença religiosa entre os imigrantes e os seus filhos nos Estados Unidos e em inúmeros países da Europa. Nos Estados Unidos, a maioria dos imigrantes (cerca de três quartos) são cristãos, tal como a grande maioria dos americanos há muito instalados – enquanto que na Europa há uma grande proporção de muçulmanos. Além disso, na maior parte da Europa Ocidental, os principais grupos muçulmanos constituem as minorias imigrantes mais problemáticas em termos de taxas de pobreza, de desemprego e de educação. Nos Estados Unidos, os muçulmanos são uma proporção muito pequena das pessoas nascidas no estrangeiro e dos respectivos filhos – não mais de 5%. Além disso, são geralmente bem-sucedidos em termos de resultados educacionais e laborais. É certo que os muçulmanos nos Estados Unidos passaram por atitudes de hostilidade no rescaldo dos ataques de 11 de Setembro, mas nada parecido com a “islamofobia” que é tão comum na Europa, onde os muçulmanos, por assim dizer, são “o” grupo estigmatizado por excelência.

Outra razão que leva a religião a funcionar como uma via para a inclusão nos Estados Unidos é o facto de os americanos serem consideravelmente mais religiosos do que a população mais secular da Europa Ocidental. Os americanos frequentam lugares de culto com mais regularidade do que os habitantes da Europa Ocidental, havendo uma

maior probabilidade de afirmarem a importância assumida pela religião e a sua crença em Deus. Num inquérito nacional recentemente realizado nos Estados Unidos, quase metade dos inquiridos afirmavam desaprovarem que um filho seu quisesse casar-se com uma pessoa atea – por contraposição com um terço dos interrogados, que desaprovavam que um filho seu quisesse casar-se com uma pessoa muçulmana.

Nos Estados Unidos, as pessoas são em princípio religiosas – e as reivindicações feitas com base na religião são uma característica comum da vida americana (especialmente entre os cristãos evangélicos – como a recente candidata republicana a vice-presidente, Sarah Palin!). Tem sido dito que afirmar uma identidade religiosa em público, ou até ostentá-la, pode ser visto como uma indicação de americanização ou de assimilação das normas americanas. Na Europa Ocidental, as populações maioritárias, mais seculares, suspeitam frequentemente de argumentos baseados na religião e nas suas exigências, uma coisa que é especialmente difícil para muitos muçulmanos, dadas as exigências desta religião em torno do modo como os seus seguidores conduzem as suas vidas públicas.

Por último, o modo como a religião foi institucionalizada nos Estados Unidos forneceu um fundamento para uma maior aceitação e integração das religiões não cristãs do que na Europa. Isto inclui factores importantes, como os princípios constitucionais da separação entre Igreja e Estado e o livre exercício da religião, bem como a cláusula da igualdade de protecção prevista na *14.ª Emenda à Constituição*, que proíbe a discriminação religiosa apoiada pelo governo. Por muito seculares que sejam as sociedades europeias, as instituições existentes na sociedade e as identidades nacionais permanecem, em grande medida, ancoradas na cultura cristã e não concedem o mesmo

espaço ao Islão. Por exemplo, as igrejas cristãs e as escolas religiosas são privilegiadas quando se trata de apoio estatal e os muçulmanos não podem deixar de estar conscientes do estatuto secundário da sua religião e dos privilégios estatais especiais concedidos às denominações maioritárias.

Os imigrantes indocumentados

Se a religião não constitui um problema essencial em termos de integração dos imigrantes nos Estados Unidos, quais são então os problemas do país? Os Estados Unidos têm, evidentemente, muitos problemas relacionados com a imigração, mas há um que sobressai no debate público: os imigrantes indocumentados. Porque é que isso acontece? Muito tem a ver com os dados estatísticos. Calcula-se que haja 11 a 12 milhões de imigrantes indocumentados nos Estados Unidos, número esse que correspondia a um total de 3,5 milhões de habitantes em 1990. Os imigrantes indocumentados são quase um terço do total de imigrantes, e 4 % da população total dos Estados Unidos. Mais de metade dos imigrantes indocumentados são mexicanos que atravessaram a fronteira de quase 3200 km que separa os Estados Unidos do México. Os mexicanos, como grupo populacional, têm qualificações profissionais muito baixas e fracas habilitações académicas. Sessenta por cento dos imigrantes mexicanos adultos nos Estados Unidos não concluíram os estudos do ensino secundário.

Outro factor subjacente aos protestos contra a imigração ilegal é o facto de os imigrantes mexicanos indocumentados se terem disperso por todo o território dos Estados Unidos durante os últimos dez a quinze anos. Enquanto que há vinte anos os mexicanos se concentravam sobretudo na Califórnia e no Sudoeste, actualmente as localidades e cidades de todo o Sul e *Midwest* contam com populações mexicanas em números

substanciais. Trata-se de um fenómeno novo. Com efeito, muitas destas localidades e cidades nunca conheceram a imigração em grande escala, ou desde há muito que não a sofriam.

Há quem argumente que quando os americanos manifestam preocupação com os imigrantes indocumentados, exprimem no fundo um medo de carácter racial – a respeito de pessoas com uma aparência diferente – e o receio de que estrangeiros que falam espanhol constituam uma ameaça para a cultura inglesa e americana (é de salientar que este receio não tem qualquer fundamento, pois os estudos realizados demonstram que os filhos dos imigrantes latino-americanos falam predominantemente inglês e que, na terceira geração, a grande maioria dos descendentes já nem sequer fala espanhol em casa). Segundo alguns investigadores, os imigrantes latino-americanos constituem um grupo legalmente racializado, por serem vistos como inatamente inferiores e por terem de enfrentar obstáculos discriminatórios devido à sua origem nacional e à associação feita ao estatuto de imigrante ilegal (Chavez, 2008; ver também Massey e Sanchez, 2010).

A atenção dada ao estatuto dos imigrantes ilegais permite também aos americanos poderem continuar a afirmar que gostam dos imigrantes – e que têm orgulho na América como nação de imigrantes. É apenas da imigração ilegal que não gostam e que não apoiam. “Os meus parentes – avós e bisavós – vieram para cá legalmente, a partir da Europa, não são como esses que vêm agora” – é o que dizem muitos cidadãos dos Estados Unidos (Foner, 2000). Numa sondagem nacional em Abril de 2009, 74% dos americanos sentiam que os Estados Unidos não estavam a fazer o suficiente para impedir que os imigrantes ilegais entrassem no país.

Durante a actual crise económica, o número de novos imigrantes indocumentados provenientes do México tem diminuído drasticamente, mas há ainda milhões de imigrantes nessa situação nos Estados Unidos e a sua presença, sobretudo nos chamados “novos destinos” do Sul e do *Midwest*, tem dado origem a graves tensões em muitas localidades. Por exemplo, Nashville, no Tennessee, é uma das muitas cidades que celebraram acordos com o governo federal a fim de permitir que a polícia local aplicasse a lei federal da imigração. Um estudo recente demonstra que a polícia de Nashville intercepta frequentemente automóveis e prende os seus condutores e passageiros por "parecerem hispânicos" (Donato, 2009).

Em Phoenix, no Arizona, onde o número de imigrantes mexicanos aumentou 428% entre 1980 e 2000, o xerife (equivalente a director de prisão em Portugal) eleito, Joe Arpaio, levou ao extremo as acções contra os imigrantes. Gaba-se de ter prendido cerca de 30.000 imigrantes indocumentados, muitos dos quais foram obrigados a trabalhar acorrentados uns aos outros, a ostentar roupas interiores cor-de-rosa perante as câmaras de televisão e foram alojados em tendas de plástico sufocantes aglomeradas por trás de rolos de arame farpado (Finnegan, 2009). Em Abril de 2010, o estado do Arizona, situado junto à fronteira com o México, aprovou as leis anti-imigração ilegal mais severas do país, permitindo que a polícia detenha pessoas suspeitas de permanecer ilegalmente no país e tornando crime o facto de não se fazerem acompanhar por documentos de imigração.

De um modo geral, a imigração ilegal é uma questão política fracturante nos Estados Unidos, sobretudo numa época de grande desemprego (em Março de 2010 a taxa nacional de desemprego atingia quase 10%). Esta é, sem dúvida, uma das razões pelas

quais ficaram adiados os planos da administração Obama para aprovar legislação que criasse uma via para a legalização dos imigrantes indocumentados.

Em Novembro de 2009, a administração Obama manifestou a intenção de aprovar legislação de revisão do sistema de imigração nos primeiros meses de 2010, incluindo leis de aplicação mais rigorosas contra os imigrantes ilegais e os empregadores que os recrutassem, como “uma via difícil e justa para uma merecida legalização.” Segundo notícias publicadas nos jornais, o programa de legalização que a administração dos Estados Unidos prometeu propor (e tentar que fosse aprovado no Congresso), iria implicar a execução de registos, o pagamento de multas e de impostos devidos, a verificação da ausência de antecedentes criminais e a aprendizagem da língua inglesa por parte dos candidatos.

Tem sido difícil para a administração Obama encontrar um equilíbrio, na medida em que, por um lado, não quer alienar os eleitores hispânicos que tiveram um papel decisivo na vitória eleitoral do Presidente e, por outro, também não pretende afastar os eleitores favoráveis a uma execução mais rigorosa da lei e que são pouco solidários e frequentemente hostis para com os imigrantes indocumentados, não querendo ver aprovada qualquer via para a sua legalização. Estas pressões foram também sentidas pelos membros do Congresso, onde a legislação proposta teria de ser aprovada. Na altura em que escrevo este artigo, no final de Abril de 2010, não foram apresentadas quaisquer propostas legislativas sobre imigração ao Congresso e não é claro quando é que este irá debruçar-se sobre a política de imigração.

Sem dúvida que um factor subjacente ao anúncio feito em Novembro de 2009 pela administração Obama sobre planos para aprovar legislação que abrisse a via para a

legalização dos imigrantes indocumentados foi a pressão exercida pelos dirigentes hispânicos. Com efeito, tem havido algum descontentamento da parte da população hispânica em geral pelo facto de o tema da imigração ter tido aparentemente pouca prioridade, surgindo depois da assistência à saúde, da reforma financeira e de outras questões essenciais, bem como receio de que esta questão só muito mais tarde venha a adquirir maior importância na agenda legislativa nacional ou venha a ser totalmente abandonada.

Simultaneamente, como reflexo das pressões contrárias enfrentadas pelo Presidente Obama, no debate nacional sobre o sistema de saúde que dominou o ano de 2009 e inícios de 2010, o Presidente tornou inequivocamente claro que o seu plano de saúde não iria abranger os imigrantes ilegais. Com efeito, estes foram excluídos da proposta de reforma do sistema de saúde aprovada no Congresso e assinada pelo Presidente Obama na Primavera de 2010.

A realidade demonstra que os imigrantes indocumentados têm estado sujeitos a grande hostilidade e a acções governamentais repressivas em muitas localidades. Dado o seu estatuto ilegal, os imigrantes indocumentados são forçados a trabalhar por salários baixos, sem acesso aos benefícios de saúde ou a outras regalias, e não são elegíveis para quase nenhuns benefícios governamentais. Além disso, não existe actualmente quase nenhum caminho viável para um estatuto de legalidade, de tal forma que os imigrantes indocumentados, incluindo os seus filhos que vieram para os Estados Unidos quando eram muito jovens, se vêem enredados por uma espécie de limbo legal ou, melhor dizendo, ilegal. Face às leis da cidadania dos Estados Unidos – cidadania incondicional

por nascimento – outra dificuldade é que muitos imigrantes ilegais têm filhos que nasceram nos Estados Unidos e, por conseguinte, são cidadãos dos Estados Unidos. Os pais podem viver sob a ameaça de prisão, detenção e deportação mas têm muitas vezes filhos que são cidadãos dos Estados Unidos, com todos os direitos que isso implica.

Para não apresentar um retrato totalmente sombrio, devo acrescentar que existem sinais mais optimistas. Reagindo à lei recentemente aprovada no Arizona, o Presidente Obama considerou-a ambígua, afirmou que poderia vir a “prejudicar as noções básicas de justiça que nos são caras enquanto americanos” e deu instruções à sua administração para estudar as implicações desta legislação para os direitos cívicos (Archibald, 2010). Muitos americanos apoiam decisivamente programas destinados a possibilitar a legalização dos imigrantes indocumentados, e certas regiões do país são mais favoráveis aos imigrantes do que o Arizona, nomeadamente aos imigrantes indocumentados.

Vivo na cidade de Nova Iorque – uma cidade aberta à imigração, que venera os imigrantes e a diversidade e que organiza uma semana anual da tradição imigrante sob o lema “A cidade de Nova Iorque gosta dos imigrantes”. Tal não nos surpreende, tendo em conta as tradições políticas liberais de Nova Iorque e a sua longa história como cidade de imigração – onde actualmente cerca de 60% da população são imigrantes ou filhos de imigrantes provenientes de todo o mundo (Foner, 2007). No rescaldo dos debates nacionais de 2006 sobre a imigração ilegal, as autoridades da cidade de Nova Iorque distribuíram uma carta em onze línguas assegurando aos imigrantes que ninguém questionaria o seu estatuto legal quando se dirigissem aos hospitais públicos da cidade para obter assistência médica. Existem outras cidades consideradas santuários – cerca de 31 em 2007 – que adoptaram práticas destinadas a proteger os direitos dos imigrantes

ilegais e que proibem as autoridades da cidade e a polícia de questionarem os habitantes sobre o seu estatuto de imigrante. Essas cidades incluem, não só Nova Iorque, com os seus 8.300 milhões de habitantes, mas também muitas das maiores cidades do país, nomeadamente Los Angeles, Chicago, São Francisco e Minneapolis.

Conclusão

Para concluir, ao analisar as questões da integração de imigrantes nos Estados Unidos, tentei explicar porque é que a religião não é um problema grave quando se fala da inclusão de imigrantes, aspecto esse que contrasta nitidamente com a situação verificada em muitos países da Europa Ocidental. Simultaneamente, tracei um breve retrato da “problemática da imigração ilegal”, que está tão presente no discurso público sobre imigração nos Estados Unidos. Quando se fala da integração de imigrantes, costuma afirmar-se que os políticos e órgãos de decisão americanos adoptaram essencialmente uma atitude de *laissez faire*. É o que tem sucedido no caso da imigração ilegal. Tanto o actual presidente como o anterior, Obama e Bush, optaram por uma execução mais ampla e rigorosa das leis e procuraram soluções políticas a fim de lidar com a realidade de que o país conta com milhões de imigrantes indocumentados. De que forma é que a questão da imigração ilegal irá evoluir na esfera política durante os próximos meses e anos – e como é que os Estados Unidos irão resolver um dos seus problemas nacionais mais graves – são algumas das questões a que só o futuro poderá responder.

Referências

- Archibald, Randal. 2010. “Arizona Enacts Stringent Law on Immigration,” *The New York Times*, 23 de Abril.
- Chavez, Leo. 2008. *The Latino Threat: Constructing Immigrants, Citizens, and the Nation*. Stanford: Stanford University Press.
- Donato, Katherine. 2009. “Fishing without a License: Effects of Immigration Enforcement in New U.S. Destinations”, Estudo apresentado na reunião anual da Associação Americana de Sociologia, São Francisco, Agosto.
- Finnegan, William. 2009. “Joe Arpaio: America’s Toughest Sheriff”, *The New Yorker*, 20 de Julho.
- Foner, Nancy. 2007. “How Exceptional is New York? Migration and Multiculturalism in the Empire City”, *Ethnic and Racial Studies* 30: 999-1023.
2000. *From Ellis Island to JFK: New York’s Two Great Waves of Immigration*. New Haven: Yale University Press.

Foner, Nancy e Richard Alba. 2008. "Immigrant Religion in the U.S. and Western Europe: Bridge or Barrier to Inclusion?" *International Migration Review* 42: 360-392.

Massey, Douglas e Magalay Sanchez. 2010. *Brokered Boundaries: Creating Immigrant Identity in Anti-Immigrant Times*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.